



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**

**APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA Nº 5103690-53.2021.4.02.5101/RJ**

**RELATOR:** DESEMBARGADOR FEDERAL ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

**APELANTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (AUTOR)

**APELANTE:** UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO (RÉU)

**APELADO:** OS MESMOS

**EMENTA**

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO À SAÚDE. POLÍTICA NACIONAL DO SANGUE. PROGRAMA DE GERENCIAMENTO E MANEJO DO SANGUE DO PACIENTE (PATIENT BLOOD MANAGEMENT – PBM). OMISSÃO ESTATAL. INTERVENÇÃO JUDICIAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS. EXTENSÃO NACIONAL DOS EFEITOS DA SENTENÇA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROVIDO. REMESSA NECESSÁRIA DESPROVIDA.

**I. CASO EM EXAME**

1. Ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal com o objetivo de compelir a União a implementar o Programa de Gerenciamento e Manejo do Sangue do Paciente (Patient Blood Management – PBM) na rede hospitalar federal, diante da constatação de falhas sistêmicas, ausência de padronização de protocolos e deficiência de coordenação central na política de uso racional do sangue, tendo a sentença reconhecido a omissão estatal e determinado a adoção do programa, com efeitos restritos ao Estado do Rio de Janeiro.

**II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

2. A controvérsia reside em: (i) definir se é legítima a intervenção do Poder Judiciário para determinar à União a adoção de providências estruturais destinadas à efetivação de política pública de saúde já prevista no ordenamento jurídico; e (ii) estabelecer se os efeitos da sentença que reconhece omissão estatal na implementação do PBM devem ser restritos ao Estado do Rio de Janeiro ou estendidos a todo o território nacional.

**III. RAZÕES DE DECIDIR**

3. O direito à saúde constitui dever constitucional do Estado e não se limita à norma programática, impondo ao Poder Público a adoção de políticas eficazes que assegurem a proteção, promoção e recuperação da saúde.

4. A legislação que institui a Política Nacional do Sangue, Componentes e Hemoderivados atribui ao Ministério da Saúde a função de coordenar, em âmbito nacional, as ações relacionadas à política de sangue, inclusive quanto ao uso racional de hemocomponentes.

5. A prova produzida nos autos demonstra deficiência sistêmica na coordenação e padronização dos protocolos de manejo do sangue nos hospitais federais, caracterizando omissão estatal apta a justificar a intervenção judicial.

6. A decisão judicial observa a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 698 da repercussão geral, ao não impor medidas administrativas pontuais, mas estabelecer a finalidade a ser alcançada e determinar à Administração a elaboração de plano para sua execução.

7. A limitação territorial dos efeitos da sentença não se harmoniza com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, no Tema 1075 da repercussão geral, declarou a inconstitucionalidade do art. 16 da Lei nº 7.347/1985, assentando que a eficácia da decisão coletiva deve corresponder à extensão do dano ou da omissão reconhecida.

8. A omissão estatal reconhecida decorre de política pública de natureza nacional, cuja execução compete à União no âmbito de sua própria rede hospitalar, sendo incompatível com os princípios da isonomia, da segurança jurídica e da economia processual a restrição dos efeitos da decisão a um único Estado.

9. A implementação nacional do PBM assegura a efetividade de direitos fundamentais reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal, notadamente a autonomia do paciente e a possibilidade de recusa à transfusão de sangue, bem como se revela medida de eficiência administrativa e racionalização de recursos públicos.

IV. DISPOSITIVO

10. Remessa necessária desprovida. Apelação do Ministério Público Federal provida para reformar parcialmente a sentença e estender seus efeitos a todo o território nacional, determinando que a União adote as providências de implementação, treinamento e fiscalização do Programa de Gerenciamento e Manejo do Sangue do Paciente (*Patient Blood Management*) em todas as unidades hospitalares federais sob sua gestão, mantidos os demais termos e prazos fixados na sentença quanto à obrigação de fazer.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 8ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à remessa necessária e dar provimento ao recurso de apelação do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, para reformar parcialmente a sentença e estender seus efeitos a todo o território nacional, determinando que a União adote as providências de implementação, treinamento e fiscalização do Programa de Gerenciamento e Manejo do Sangue do Paciente (*Patient Blood Management*) em todas as unidades hospitalares federais sob sua gestão, mantidos os demais termos e prazos fixados na sentença quanto à obrigação de fazer, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2026.

Documento eletrônico assinado por **ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES, Desembargador Federal**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 2ª Região nº 17, de 26 de março de 2018. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <https://eproc.trf2.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador **20002497908v10** e do código CRC **fcbbfc15**.

Informações adicionais da assinatura:  
Signatário (a): ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES  
Data e Hora: 27/01/2026, às 17:09:33

5103690-53.2021.4.02.5101

20002497908 .V10